

STJ00118830

Luiz Rodrigues Wambier
ORGANIZADOR

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

**Processo Civil brasileiro: no
contexto da Constituição Federal
de 1988 / Luiz Rodrigues Wambier.**
– Londrina, PR: Thoth, 2023.

Inclui Bibliografias.
657 p.
ISBN: 978-65-5959-623-2

1. Processo Civil Brasileiro. 2. Constituição
Federal. I. Wambier, Luiz Rodrigues
(org.)

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Os autores.
Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Hlávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADOR	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	17
NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO	19

CAPÍTULO 1

Adilson Cunha Silva

O FENÔMENO DO PANPRINCIPIOLOGISMO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SEUS REFLEXOS NA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	33
Introdução	33
1 Do principiológismo ao panprincipiológismo	34
2 O panprinciplismo, a degeneração da dimensão principiológica no processo civil e os perigos do abuso no uso dos princípios a partir de fundamentações genéricas das decisões judiciais	40
Considerações finais	43
Referências bibliográficas	44

CAPÍTULO 2

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

PONDERAÇÕES SOBRE A (IN)TANGIBILIDADE DO CORPO OS JULGAMENTOS PROFERIDOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	47
Introdução	47
1 Breves considerações sobre poderes e limites da atuação do juiz	48
2 A (in)tangibilidade do corpo à luz da constituição da república brasileira	51
Considerações finais	54
Referências bibliográficas	56

CAPÍTULO 3

Alessandra Garcia Marques

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS SEGUNDO O STF E O STJ: OS DESAFIOS DA INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	57
---	----

Introdução	57
1 A fundamentação da decisão judicial no código de processo civil brasileiro...	59
2 O CPC de 2015 e a opção de abraçar teorias que repercutem sobre a fundamentação da decisão judicial	64
3 A interpretação do STF e o STJ acerca da fundamentação da decisão judicial..	68
Considerações finais	75
Referências bibliográficas.....	77

CAPÍTULO 4

Andréa Abrahão Costa

Gabriela Damião Cavalli

Paulo Osório Gomes Rocha

Daniel Marcos Moreira dos Santos

MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E O CRITÉRIO DA SUBSIDIARIEDADE: BREVES APONTAMENTOS SOBRE DECISÕES DO TJDFE E DO TJGO NOS ANOS DE 2020 E 2021.....	79
Introdução.....	80
1 O direito à execução e o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015..	81
2 O adimplemento da obrigação alimentar na ordem processual-constitucional..	87
3 A cláusula geral executiva do art. 139, IV, do Cpc e a relevância da fixação de critérios objetivos e limitadores para sua concretização	89
4 Admissibilidade da atenuação do critério da subsidiariedade para aplicação das medidas executivas atípicas na execução de alimentos.....	94
Considerações finais	99
Referências bibliográficas.....	100

CAPÍTULO 5

Andrews Meira Pereira

JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA, INAFIABILIDADE DA JURISDIÇÃO E OS AVANÇOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	103
Introdução.....	103
1 Inafastabilidade da jurisdição	105
1.1 Impossibilidade de limitação do direito de ação.....	105
1.2 Acesso à ordem jurídica justa	106
2 Antagonismo entre formalismo excessivo e formalismo-valorativo	107
3 Exemplos do código de processo civil de 2015.....	108
3.1 Art. 218, §4º e art. 1.024, §5º: interposição do recurso antes do início do prazo.....	110
3.2 Primazia do julgamento do mérito recursal.....	111
3.3 Comprovação do feriado local.....	111
3.4 Prequestionamento.....	112
3.5 Reexame de fatos.....	113

Considerações finais	114
Referências bibliográficas.....	115

CAPÍTULO 6

Bruno Yudi Soares Koga

CONVENÇÕES PROCESSUAIS ATÍPICAS E A LGPD	117
Introdução.....	117
1 Convenção processual atípica e autonomia da vontade.....	118
2 A relação conflituosa da convenção processual atípica no direito do trabalho e no direito do consumidor.....	124
3 Esboço para uma adequação das convenções processuais atípicas à LGPD	127
Considerações finais	133
Referências bibliográficas.....	134

CAPÍTULO 7

Cimara Araujo

A COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS FINALIZADAS POR AUTOCOMPOSIÇÃO COM A VISÃO DAS PROPOSIÇÕES DE ALTERAÇÕES DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELO CONGRESSO NACIONAL	137
Introdução.....	137
1 A coisa julgada na ação coletiva.....	139
2 A autocomposição na ação coletiva	142
Considerações finais	147
Referências bibliográficas.....	148

CAPÍTULO 8

Dijeison Tiago Rios Nascimento

● OS CONTORNOS TEÓRICOS DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO - ESTUDO DE CASO SOBRE O TEMPO MÉDIO DE TRÂMITE DE RECUSOS ESPECIAIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	149
Introdução	149
1 Princípio da razoável duração do processo no plano externo	150
2 Princípio da razoável duração do processo no plano interno.....	153
3 Critérios doutrinários relacionados à razoável duração do processo	157
4 A razoável duração do processo e o respeito ao contraditório e à ampla defesa.....	161
5 Responsabilidade do Estado por violação à razoável duração do processo.....	163
6 Atuação do Conselho Nacional de Justiça em busca de soluções para a morosidade da justiça	166
7 Pesquisa no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.....	171

7.1 Tempo médio entre a protocolização do RESP e o trânsito em julgado na Primeira Turma	172
7.2 Tempo médio entre a protocolização do RESP e o trânsito em julgado na Segunda Turma.....	173
7.3 Correlação entre processos julgados e processos não conhecidos	175
Considerações finais	179
Referências bibliográficas.....	180

CAPÍTULO 9

Edson Barbosa de Miranda Netto

A MASSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS E OS MICROSSISTEMAS DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE PROCESSO COLETIVO: UMA ANÁLISE À LUZ DO ADVENTO DO CPC DE 2015

185	
Introdução.....	185
1 A massificação dos conflitos na sociedade contemporânea e a garantia da tutela jurisdicional adequada	186
2 O microsistema de resolução de demandas repetitivas no CPC de 2015....	190
3 O microsistema do processo coletivo após o advento do CPC de 2015....	194
Considerações finais	197
Referências bibliográficas.....	198

CAPÍTULO 10

Fernanda Azevedo Lucena

Simone Lavôr do Rêgo Lobão

Wellington Romanhol

Alice Andrade Vaz Sampaio

A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA POR ATOS CONCERTADOS ENTRE JUÍZES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ADVOCACIA PREDATÓRIA

201	
Introdução.....	201
1 O setor bancário e o código de defesa do consumidor: as práticas abusivas e fraudes como incremento da litigiosidade.....	202
2 Os contratos de empréstimo consignado e o consumidor idoso.....	206
3 Advocacia predatória.....	207
3.1 Medidas de combate à advocacia predatória	209
3.2 Cooperação Judiciária como mecanismo hábil no combate à advocacia predatória e na efetivação da razoável duração do processo.....	215
Considerações finais	219
Referências bibliográficas.....	220

CAPÍTULO 11**Fernando Natal Batista****A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL COMO NOVO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL: REFLEXÕES INICIAIS.** 221

Introdução.....	221
1 A redefinição do papel das cortes de vértice no atual microsistema de precedentes	224
2 A simbiose dos sistemas do <i>Civil Law</i> e da <i>Common Law</i> : a busca pela segurança jurídica.....	227
3 O novo paradigma: a EC 125/2022.....	229
3.1 Histórico e processo legislativo	230
3.2 Apontamentos iniciais sobre a Emenda Constitucional.....	233
4 O que é a “questão relevante”?.....	245
4.1 A objetivação dos recursos especiais no STJ: da migração do precedente de persuasão para o vinculante.....	246
5 A relevância da questão de direito federal no recurso especial: filtro obstativo de conhecimento ou instrumento de integração do microsistema de demandas repetitivas?.....	248
Considerações finais	250
Referências bibliográficas.....	251

CAPÍTULO 12**Fernando Pessoa de Aquino Filho****DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA COMO REFLEXO DO PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO: ÔNUS EXCLUSIVO DO MAGISTRADO?**.....255

Introdução.....	255
1 Por que um processo civil que exige fundamentação analítica das decisões?.....	257
2 O dever de alegação analítica das partes: o outro lado do princípio da colaboração	260
3 O vício da ementização: o fomento de uma cultura de respeito ao <i>Stare Decisis</i> começa na atuação das partes	263
Considerações finais	267
Referências bibliográficas.....	268

CAPÍTULO 13**George Barroso de Moraes****O NEOPROCESSUALISMO E OS SEUS EFEITOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: A MUTAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO**..... 271

Introdução.....	271
1 A constitucionalização do direito e os seus efeitos na seara processual	272

2 O surgimento do neoprocessualismo	275
3 O princípio da inafatibilidade da jurisdição como instrumento de garantias constitucionais	278
4 A sintonia de concepções do neoprocessualismo e do garantismo	281
Considerações finais	283
Referências bibliográficas.....	284

CAPÍTULO 14

Graziela Lodi

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: COMO VIAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA	285
Introdução.....	285
1 Do direito ao acesso à justiça.....	287
1.1 Retrospecto do direito ao acesso à justiça no Brasil	289
2 A conciliação e mediação como formas de “acesso à justiça”	291
2.1 Histórico dos institutos da conciliação e mediação no Brasil.....	293
2.2 Conciliação e mediação no Código de Processo Civil de 2015	298
2.2.1 Princípios da Conciliação e Mediação.....	299
2.2.2 Dos conciliadores e mediadores.....	303
2.2.3 Conciliação e Mediação em âmbito administrativo.....	305
2.3 Acesso à justiça por meio da conciliação e mediação	307
2.4 Conciliação e mediação: limites na consecução de direitos	310
Considerações finais	312
Referências bibliográficas.....	314

CAPÍTULO 15

João Eduardo Lopes Queiroz

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA HETEROCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA ARBITRAGEM	317
Introdução.....	317
1 Histórico e evolução da arbitragem na administração pública	319
1.1 Litígios decorrentes de relações com o Poder Público onde não houve lei autorizativa permitindo a realização da Arbitragem: Caso Minas x Werneck...320	
1.2 Litígios decorrentes de relações com o Poder Público onde há lei autorizativa permitindo a realização da Arbitragem: o sempre citado Caso Lage.....	324
1.3 Litígios decorrentes de relações com o Poder Público vinculando a resolução de conflitos através da Arbitragem: A evolução das posições do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça.....	330
2 Mitigação do regime jurídico-administrativo para a viabilidade da arbitragem nas relações envolvendo o poder público	339
3 Posições doutrinárias sobre a possibilidade de arbitragem nas relações jurídicas administrativas	341

Considerações finais	346
Referências bibliográficas.....	348

CAPÍTULO 16

João Victor Esteves Meirelles

DA APLICABILIDADE DO ART. 473 DO CPC AOS LAUDOS PERICIAIS CRIMINAIS	351
Introdução.....	351
1 O laudo pericial e as divergências entre CPP e CPC com relação aos seus requisitos de validade.....	352
2 Da aplicabilidade dos regramentos do CPC aos processos criminais	356
3 Da necessidade de aplicação do art. 473 do CPC aos procedimentos criminais..	361
Considerações finais	363
Referências bibliográficas.....	364

CAPÍTULO 17

José Carlos Teixeira Torres Júnior

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O QUE A TEORIA DOS SISTEMAS COMPLEXOS TEM A DIZER SOBRE O ART. 8º DO CPC?.....	367
Introdução.....	367
1 Visão geral da teoria dos sistemas de luhmann.....	369
2 O subsistema do direito.....	372
3 O conteúdo da dignidade da pessoa humana.....	374
4 A “lente” da dignidade da pessoa humana (consequências hermenêuticas)....	376
Considerações finais	379
Referências bibliográficas.....	380

CAPÍTULO 18

José Maciel Sousa Chaves

A VOLTA DA EXTEMPORANEIDADE NO PROCESSO CIVIL DIANTE DA SISTEMÁTICA PREVISTA NOS ARTIGOS 334 E 335 DO CPC	383
Introdução.....	383
1 Antes de contestar é obrigatório tentar conciliar	384
1.1 Conflito x litígio	385
1.2 O procedimento previsto no Código	385
2 Citação: alteração do conceito do art. 240 ou imprecisão do <i>caput</i> do art. 334 do CPC?	386
2.1 A formação da relação jurídica processual	386
3 Segurança jurídica e proteção da confiança nas normas procedimentais	387
4 A extemporaneidade e as razões de sua derrocada.....	389
4.1 Aspecto teleológico da norma introduzida.....	389
4.2 A contestação prematura apresentada antes da realização de audiência de conciliação ou mediação	390

4.2.1 Sob o prisma do autor.....	390
4.2.2 Sob a ótica do réu.....	391
Considerações finais	392
Referências bibliográficas.....	392

CAPÍTULO 19

Linneker Belinni Jovino Maia

A CONCRETIZAÇÃO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DO PROCESSO COLETIVO.....	395
Introdução.....	395
1 A garantia constitucional ao acesso à justiça	396
2 Obstáculos ao acesso à justiça	398
3 Os direitos transindividuais e individuais homogêneos.....	401
4 Os benefícios do processo coletivo ao acesso à justiça	403
Considerações finais	405
Referências bibliográficas.....	406

CAPÍTULO 20

Lucia Maria Teixeira Ferreira

LEGITIMIDADE ATIVA PARA AS AÇÕES COLETIVAS	409
Introdução	409
1 O processo coletivo.....	412
1.1 Breve histórico da legislação infraconstitucional sobre a tutela coletiva.....	414
2 Legitimidade ativa nas ações civis públicas.....	416
2.1 Qual é o tipo de legitimação processual que têm os legitimados para as Ações Civis Públicas?	419
2.2 Polêmicas na legitimação para a tutela de interesses individuais homogêneos..	421
2.3 Os limites territoriais da coisa julgada nas Ações Civis Públicas	424
3 Entre a litigiosidade e a consensualidade: as opções dos legitimados para a tutela coletiva	426
3.1 Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	426
3.2 Divergências quanto à natureza jurídica do Compromisso de Ajustamento de Conduta	429
3.3 O fomento à atuação resolutiva: problema ou solução?	432
Considerações finais	434
Referências bibliográficas.....	435

CAPÍTULO 21

Luiz Rodrigues Wambier

João Sérgio dos Santos Soares Pereira

VEDAÇÃO À PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO.....	439
Introdução.....	440
1 A prova na contemporaneidade.....	441

2 As provas vedadas: contexto, relação com as garantias constitucionais e efeitos.....	445
3 A prova ilícita no processo civil.....	451
3.1 O método operativo da proporcionalidade em sede probatória	451
3.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada e suas consequências aplicativas: o cotejo entre os incisos XII e LVI do art. 5º da CF/88 e a prova emprestada.	457
4 Estudo de caso	466
Considerações finais	469
Referências bibliográficas.....	471

CAPÍTULO 22

Luiz Rodrigues Wambier

Regiane França Liblik

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....

Introdução.....	475
1 O acesso à “ordem jurídica justa” no direito das famílias	478
2 A sessão de mediação no tratamento adequado do conflito familiar	482
3 Os princípios norteadores da mediação e a atuação dos mediadores	487
Considerações finais	492
Referências bibliográficas.....	494

CAPÍTULO 23

Marcus Flávio Horta Caldeira

JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: ANTES E APÓS O CPC DE 2015.....

Introdução.....	497
1 O que se entende por “jurisprudência defensiva” no âmbito do STJ	502
2 A “jurisprudência defensiva” do STJ antes do CPC/2015	504
2.1 Comprovação de feriado local.....	504
2.2 Exigência de ratificação de recurso especial já interposto, quando do julgamento de embargos de declaração pendente/ a intempestividade do “recurso prematuro”	506
2.3 Recurso especial taxado de “inexistente” por ausência de assinatura do advogado	510
2.4 A impossibilidade de juntada posterior de procuração em sede de recurso especial: mais uma hipótese de recurso tido por “inexistente”	512
2.5 Exigências jurisprudenciais exageradas quanto ao preenchimento da guia de recolhimento do preparo recursal e impossibilidade de correção.....	515
2.6 Não conhecimento de recurso especial quando o carimbo do protocolo do recurso esteja “ilegível”	518
2.7 Outras hipóteses de “jurisprudência defensiva” no STJ.....	521

3 O CPC de 2015, seu combate à “jurisprudência defensiva” e a jurisprudência do STJ após a vigência do novo código	522
3.1 “Cláusulas gerais” do CPC/2015 que combatem a “jurisprudência defensiva”	524
3.2 “Regras casuísticas” do CPC/2015 que combatem a “jurisprudência defensiva”	525
3.2.1 Art. 218, § 4º e 1024, §§ 4º e 5º, do CPC/2015 – enfrentamento do problema do chamado “recurso prematura” e necessidade de “ratificação” do recurso na pendência de embargos de declaração.....	525
3.2.2 Art. 76, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 – enfrentamento do problema do chamado “recurso inexistente” por ausência de procuração nas instâncias excepcionais...	527
3.2.3 Art. 1007, §§ 7º, do CPC/2015 – enfrentamento do problema do rigorismo excessivo no “preenchimento da(s) guia(s) de recolhimento do preparo” recursal.....	527
3.3 Outros pontos de “jurisprudência defensiva” e o posicionamento do STJ após o advento do novo CPC.....	529
Considerações finais	532
Referências bibliográficas.....	533

CAPÍTULO 24

Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo

O LITÍGIO CLIMÁTICO NO BRASIL E AS DEMANDAS ESTRUTURAIS.....	539
Introdução.....	539
1 Litígio climático no Brasil: um breve panorama	542
2 Os casos escolhidos e sua associação com os litígios e decisões estruturais...	545
3 O desafio representado por decisões estruturais na esfera climática.....	548
Considerações finais	550
Referências bibliográficas.....	551

CAPÍTULO 25

Rafael Santos de Barros e Silva

RATIO DECIDENDI: CONCEITO, FUNÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E SUA UTILIZAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	553
Introdução.....	553
1 Identificação da <i>ratio decidendi</i>	557
2 Como o Superior Tribunal de justiça se utiliza da <i>ratio decidendi</i> em sua jurisprudência	560
3 Um exemplo de mal aplicação do precedente, em razão da errônea identificação de sua <i>ratio</i>	564
Considerações finais	567
Referências bibliográficas.....	568

CAPÍTULO 26**Raimundo Nonato de Carvalho Reis Neto**

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE TESES EXHAURIENTES NA SISTEMÁTICA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS.....	571
Introdução.....	571
1 O código de processo civil e a hibridização do sistema processual brasileiro..	572
2 A sistemática de julgamento de casos repetitivos no Brasil: seleção de processos representativos da controvérsia, suspensão de casos idênticos, publicidade e contraditório	575
3 A importância de construção de teses exaurientes na sistemática de julgamento de casos repetitivos	578
4 Estudo de caso: o recurso extraordinário Nº 574.706-PR	581
Considerações finais	585
Referências bibliográficas.....	586

CAPÍTULO 27**Roberto da Silva Pinheiro**

O MITO DA MOROSIDADE E A LITIGIOSIDADE DE MASSA	589
Introdução	589
1 O Fenômeno da massificação social no Brasil.....	591
2 Técnicas de repercussão coletiva em processos individuais.....	593
2.1 Técnicas de Uniformização da Jurisprudência.....	594
2.2 Técnicas de Causas-Modelo	594
3 Morosidade real ou fictícia?	596
Considerações finais	597
Referências bibliográficas.....	598

CAPÍTULO 28**Tagore Fróes de Castro**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EPISTEMOLOGIA METODOLÓGICA DA COGNIÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL.....	601
Introdução.....	601
1 Primeira parte. apontamentos sobre a epistemologia dos parâmetros de estabelecimento da realidade processual	611
2 Segunda parte. estruturação da realidade processual.....	616
3 Terceira parte. <i>Accountability</i>	621
Referências bibliográficas.....	624

CAPÍTULO 29**Thais Maria Riedel de Resende Zuba**

CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS COLETIVA E INDIVIDUAL: CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR INDIVIDUAL ACERCA DO AFORAMENTO DA LIDE COLETIVA.....	627
---	-----

Introdução.....	627
1 Definições de direito individual e coletivo	628
2 Coisa julgada.....	631
2.1 Coisa julgada e eficácia da sentença	632
2.2 Coisa julgada no processo coletivo	633
3 Conflito de coisas julgadas	635
4 Conflito entre ação coletiva e individual O Estudo do art. 104 do CDC..	638
4.1 Configuração de coisa julgada em relação à demanda individual proposta antes da ação coletiva. Possibilidade de cumprimento da sentença coletiva e relativização da coisa julgada	640
Considerações finais	644
Referências bibliográficas.....	645

CAPÍTULO 30

Victor Costa Campelo

INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 16 DA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO PROCESSO CIVIL COLETIVO	647
Introdução.....	647
1 Normas fundamentais da tutela coletiva.....	648
2 Inconstitucionalidade do art. 16 da lei de ação civil pública.....	650
2.1 Tema 1.075 da sistemática de Repercussão Geral do STF.....	650
2.2 Fundamentos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.....	651
2.3 Posições contrárias à declaração de inconstitucionalidade.....	652
3 Representatividade adequada	654
Considerações finais	656
Referências bibliográficas.....	656